STJ00115247

JOSÉ ANTONIO SAVARIS

DIREITO PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO

10ª EDIÇÃO
Revista e Atualizada

Alteridade
Curitiba – 2022

STJ00115247

Alteridade
editora

Rua Itupava, 118 – Alto da Rua XV, CEP 80045-140 Curitiba – Paraná
Fone: (41) 3075.3238 • Email: alteridade@alteridade.com.br
www.alteridade.com.br

Conselho Editorial

Carlos Luiz Strapazzon
Claudia Rosane Roesler
Daniela Cademartori
Fabiano Hartmann Peixoto
Guido Aguila Grados
Ingo Wolfgang Sarlet
Isaac Reis
Jairo Enrique Herrera Pérez
Jairo Gilberto Schäfer
José Antonio Savaris
Marcos Garcia Leite
Luis Alberto Petit Guerra
Paulo Márcio Cruz
Zenildo Bodnar

1223675

S265

Savaris, José Antonio
Direito processual previdenciário / José Antonio Savaris – 10. ed. rev. atual. – Curitiba: Alteridade, 2022.
800p.; 23cm

ISBN 978-65-89533-29-0

1. Direito processual. 2. Direito previdenciário. 3. Poder judiciário – Política pública. I. Título.

CDD 344.032(22.ed)
CDU 349.3

Catalogação: Mª Isabel Schiavon Kinasz
Capa: Jonny M. Prochnow
Diagramação: Know-how Desenvolvimento Editorial

STJ00115247

SUMÁRIO

Siglas e abreviaturas 27

Parte I – MARCO TEÓRICO DO DIREITO PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO 33

I – A TÍTULO DE INTRODUÇÃO 33

Capítulo 1 – A JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL E O DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA JURISDICIONAL ADEQUADA 39

I – Dois níveis de judicialização de políticas públicas. O objeto da jurisdição como critério 39

I.I – A judicialização de políticas públicas de primeiro nível. A discricionariedade no jogo político-jurídico 40

I.II – A judicialização de políticas públicas de segundo nível. A legalidade no jogo administrativo 43

II – Desconcertos de categorias do processo civil comum nas demandas individuais de seguridade social 44

III – Teste de idoneidade das normas processuais para judicialização de políticas públicas 47

IV – Por que uma proposta de relativa autonomia do direito processual previdenciário? 49

V – Humanismo, constitucionalismo e processo 51

1.1 Premissas metodológicas 56

1.2 A eficácia normativa dos princípios constitucionais 58

1.3 O direito fundamental à tutela jurisdicional adequada – ou o direito fundamental ao processo justo 60

1.4 Direito à tutela jurisdicional adequada e efetiva e a judicialização das políticas públicas para a realização de direitos fundamentais de proteção social 63

1.5 Elementos caracterizadores do Processo Previdenciário – a natureza do objeto da lide.. 64

1.6 Elementos caracterizadores do Processo Previdenciário – os sujeitos do processo 67

1.7 Exigências de Normatividade Específica do Direito Processual Previdenciário 72
1.7.1 Interesse de agir em matéria previdenciária 73
1.7.2 A fungibilidade das ações previdenciárias e a relativização do princípio dispositivo 74
1.7.3 O problema da má delimitação da lide previdenciária 81
1.7.4 Como conciliar a definitividade da coisa julgada com a provisoriedade dos benefícios previdenciários por incapacidade? 86

1.8 Normas processuais previdenciárias expressas no sistema normativo 88
1.8.1 A Constituição da República e a competência delegada 88
1.8.2 A Constituição da República e créditos alimentares devidos pela Fazenda Pública 89
1.8.3 Considerações normativas sobre prova em direito previdenciário 90

Capítulo 2 – PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO 93

2.1 Princípio da não preclusão ao Direito Previdenciário 95
2.1.1 Princípio da não preclusão e a imprescritibilidade do direito previdenciário 95
2.1.1.1 Imprescritibilidade, inalienabilidade e indisponibilidade 96
2.1.1.2 Imprescritibilidade do fundo do direito e o prazo decadencial do salário-maternidade (MP 871/2019) 100
2.1.1.2.1 Desistência e renúncia ao direito em que se funda a ação 102
2.1.2 Princípio da não preclusão e os limites da coisa julgada em matéria previdenciária 103
2.1.2.1 A coisa julgada *secundum eventum probationis* 105
2.1.2.2 Extinção do processo sem resolução do mérito nas hipóteses de falta ou insuficiência de prova 110
2.1.3 Princípio da não preclusão e verdade real 113
2.1.3.1 Positivismo filosófico, juízos de imparcialidade e a verdade no direito social... 117
2.1.3.2 Verdade real e solução de equidade 120
2.1.3.3 O positivismo e a banalização do sofrimento humano 126
2.1.3.4 O processo voltado para a justiça e para o ser humano 127
2.1.3.5 Parcialidade positiva como caminho à verdade na aplicação do direito previdenciário 129

2.2 Princípio da imediatidade da tutela previdenciária 130

2.3 Princípio do acertamento da relação jurídica de proteção social 132
2.3.1 A concepção da função jurisdicional de controle da legalidade do ato administrativo 133
2.3.1.1 O problema do direito superveniente à tutela administrativa 134
2.3.2 A concepção da função jurisdicional de controle do ato administrativo a partir de uma perspectiva de efetividade processual 135

2.3.3 A concepção da função jurisdicional de acertamento da relação jurídica de proteção social 137
2.3.3.1 Alegações inéditas em juízo e o problema do interesse de agir 141
2.3.3.2 Alegações inéditas em juízo e o problema do termo inicial dos benefícios 147
2.3.3.3 Princípio da primazia do acertamento e sua relação com o princípio dispositivo 149

2.4 Princípio da proteção judicial contra lesão implícita (lesão por omissão) a direito 151

Capítulo 3 – O PRIMADO DA EFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA JUSTIÇA PREVIDENCIÁRIA DESTE INÍCIO DE SÉCULO 157

3.1 A Emenda Constitucional 19/98 e a eficiência da Administração Pública 157
3.1.1 Mas o que há de errado em a Administração Pública buscar a eficiência? 160
3.1.2 Afinal, o que há de errado em a Administração Pública buscar a eficiência econômica? 160

3.2 Sinais de crise na justiça previdenciária 162
3.2.1 Três fatores determinantes para a multiplicação das lides previdenciárias 166
3.2.1.1 A Administração Paralela 166
3.2.1.1.1 A Administração Paralela e a vedação do comportamento contraditório (*ne venire contra factum proprium*) 168
3.2.1.2 Ferramentas artesanais para julgamentos de massa 176
3.2.1.3 O hiato entre a postura administrativa e o direito aplicado judicialmente .. 179
3.2.2 Pontos críticos como desafios a um processo judicial efetivo 180
3.2.3 Uma aproximação dos pontos críticos 182

3.3 A preponderância da eficiência no processo judicial previdenciário 184

3.4 Processo previdenciário e eficiência gerencial 185

3.5 O desafio da tutela jurisdicional nas ações de benefícios por incapacidade nos Juizados Especiais Federais 193

Parte II – TEMAS CENTRAIS DO DIREITO PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO 197

Capítulo 4 – PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO 199

4.1 Estado Democrático de Direito e Processo Administrativo 200

4.2 Âmbito de aplicação da Lei 9.784/99 203

4.3 Caracterização do Processo Administrativo Previdenciário 205

4.4 Distinção entre procedimento e processo 205

4.5 Procedimento e processo no campo previdenciário 207

4.6 Garantias processuais para o Processo Administrativo Previdenciário 211
4.6.1 Garantias processuais constitucionais 211

4.6.2 Entre as garantias constitucionais e as normas da lei processual administrativa – a atuação conforme a Lei e o Direito 214
4.6.3 A Lei 9.784/99 e o processo administrativo previdenciário 215
4.6.4 Os critérios para condução do processo administrativo 215
4.6.5 Os direitos do administrado no processo administrativo 216
4.6.6 Os deveres do administrado no processo administrativo 216
4.6.7 Outras disposições relevantes para o processo administrativo previdenciário 216
4.6.7.1 Particularidades dos recursos no processo administrativo previdenciário ... 218
4.6.8 A Lei 13.726/2018 e a racionalização dos atos e procedimentos administrativos 221

4.7 A distância astronômica da realidade administrativa para com as imposições jurídicas de um processo previdenciário 224

Capítulo 5 – O EXERCÍCIO DA AUTOTUTELA PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ... 229

5.1 Limites formais (limites quanto ao modo de se exercer a autotutela) 231
5.1.1 Limites temporais para o exercício da autotutela – a decadência do direito de revisão do ato administrativo de concessão de benefício previdenciário 231
5.1.2 Limites processuais – o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa 236
5.1.2.1 Devido processo legal, limite de alçada e desconsideração dos efeitos de prestação previdenciária em juízo 240

5.2 Limites materiais (limites quanto ao conteúdo da autotutela) 244
5.2.1 Proibição de aplicação de nova interpretação administrativa ou novos critérios para a verificação do direito ao benefício 245
5.2.2 Proibição de nova avaliação do conjunto probatório (nova valoração da prova), por força da coisa julgada administrativa 246
5.2.3 Remédio jurídico contra atuação administrativa que extrapola os limites formais ou materiais para o exercício da autotutela 249

Capítulo 6 – ACESSO À JUSTIÇA E INTERESSE DE AGIR EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA . 251

6.1 Gratuidade da justiça 252
6.1.1 Comprovação dos requisitos necessários à concessão da gratuidade da justiça . 254
6.1.2 Gratuidade da justiça e sucumbência do beneficiário 258

6.2 Classificação das ações previdenciárias 260
6.2.1 Ação de concessão de benefício previdenciário 260
6.2.2 Ação de revisão de benefício previdenciário 261
6.2.2.1 Ação revisional de concessão 261
6.2.2.2 Ação revisional de reajustamento 263
6.2.3 Ação de restabelecimento de benefício previdenciário 264
6.2.4 Ação de manutenção de benefício previdenciário 265
6.2.5 Ação de anulação de benefício previdenciário 266

6.3 Interesse de agir em matéria previdenciária 268
6.3.1 Considerações doutrinárias 268
6.3.2 As diretrizes gerais formuladas pelo STF (RE 631.240) 270
6.3.2.1 Fórmula de transição 272
6.3.3 Interesse de agir em ações de concessão de benefício previdenciário 274
6.3.3.1 Alegação de fato não analisado formalmente na via administrativa 277
6.3.3.2 Alegação de nova patologia em juízo 279
6.3.3.3 Demora para ajuizamento da ação 280
6.3.3.4 Descumprimento de exigência administrativa e as normas introduzidas pelo Decreto 10.410/2020 281
6.3.3.4.1 Pressupostos de validade de exigência administrativa 289
6.3.3.5 Interesse de agir no caso de indeferimento da antecipação de auxílio-doença (Lei 13.982/2020) 291
6.3.3.5.1 Da indevida suspensão dos serviços públicos essenciais a cargo dos médicos peritos federais 292
6.3.3.5.2 Da situação de incerteza normativa, insegurança jurídica e urgência na obtenção de direito de subsistência 296
6.3.3.6 Silêncio administrativo e proteção judicial 297
6.3.3.6.1 Circularidade ou esquiva institucional: a postura convencional da tutela jurídica contra o "não ato" 300
6.3.3.6.2 O silêncio administrativo negativo e a prioridade da tutela dos direitos 301
6.3.4 Interesse processual superveniente 304
6.3.5 Indeferimento presumido e dispensa de requerimento administrativo 306
6.3.5.1 O ajuizamento direto da ação de concessão de pensão provisória por morte presumida 309
6.3.6 Recusa de entrada de requerimento e excessiva demora do processo administrativo 310
6.3.7 Interesse de agir e o dever estatal de conceder a prestação mais vantajosa 313
6.3.8 Interesse de agir nas ações previdenciárias de restabelecimento de benefício 315
6.3.8.1 Interesse de agir nas ações de restabelecimento e a necessidade do pedido de prorrogação do auxílio por incapacidade temporária 317
6.3.8.2 Interesse de agir nas ações de restabelecimento de aposentadoria por incapacidade permanente quando o segurado se encontra em gozo de mensalidade de recuperação 321
6.3.9 Interesse de agir nas ações previdenciárias de revisão de benefício 323
6.3.9.1 Interesse de agir nas ações revisionais e reconhecimento administrativo do direito 326

Capítulo 7 – REGIME PROBATÓRIO PREVIDENCIÁRIO 329

7.1 Considerações iniciais 329
7.1.1 Efeitos da revelia no processo previdenciário 331

7.2 Conceito e comprovação da condição de desempregado para efeitos de prorrogação do período de graça 332

7.3 Caracterização e comprovação da relação de dependência econômica 335
7.3.1 Presunção relativa de dependência econômica 336
7.3.2 Necessidade de comprovação da dependência econômica 338

7.4 Comprovação da união estável previdenciária 340

7.5 Comprovação da incapacidade para o trabalho 349
7.5.1 Perícias e decisões judiciais sem fundamentação suficiente 350
7.5.2 Ausência de prova pericial no processo judicial 354
7.5.3 Perícia médica indireta no período de distanciamento social (Covid-19) 355

7.6 Comprovação do agravamento da lesão ou progressividade da doença 362

7.7 Comprovação da data do início da incapacidade para o trabalho 363

7.8 Tratamento médico e condições sociais: aposentadoria por incapacidade permanente ou auxílio por incapacidade temporária? 367
7.8.1 Recuperação da capacidade mediante tratamento cirúrgico 370
7.8.2 Comprovação da condição da pessoa com deficiência para fins de BPC 373
7.8.3 Comprovação da necessidade econômica do grupo familiar para fins de BPC ... 375
7.8.3.1 Subsidiariedade do dever assistencial do Estado (TNU) 381

7.9 Caracterização e comprovação de atividade especial 385
7.9.1 Sucessão de leis no tempo e o princípio *tempus regit actum* para caracterização e comprovação de atividade especial 385
7.9.2 Caracterização e comprovação de atividade especial em tempo anterior à vigência da Lei 8.213/91 387
7.9.3 Alterações promovidas após a vigência da Lei 8.213/91 e a possibilidade de se comprovar atividade especial por qualquer meio de prova 388
7.9.4 A regulamentação da atividade especial pelo Decreto 2.172/97 e a exclusão da atividade perigosa 390
7.9.5 A comprovação da efetiva exposição a agentes nocivos e utilização de equipamento de proteção individual (EPI) 392
7.9.6 Comprovação de atividade especial no caso de incorreção do PPP ou do LTCAT 394

7.10 Comprovação do tempo de serviço ou contribuição 403
7.10.1 Particularidades do direito probatório em direito previdenciário – restrição do direito constitucional à prova 404
7.10.2 O universo particular da prática previdenciária como justificação para a exigência de prova material 406
7.10.3 Limites à exigência de prova material 409
7.10.4 Prova material na categorização das espécies probatórias 410
7.10.5 Prova material obtida do corpo humano e prova do trabalho rural do boia-fria 411
7.10.6 Comprovação do trabalho rural e exigência de prova material 413

7.10.7 Classificação das provas – sinopse 420
7.10.8 Prova material – eficácia probante e presunções 421
7.10.9 Abrandamento da exigência de prova material e rigor na análise dos fatos 425
7.10.10 Comprovação da atividade rural do segurado especial pelo CNIS 427

Capítulo 8 – EFEITOS DAS DECISÕES DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO 437

8.1 Notas doutrinárias sobre os limites subjetivos da coisa julgada 440

8.2 Eficácia probante da decisão trabalhista 445

8.3 Eficácia previdenciária das decisões trabalhistas. Nosso posicionamento 448

Capítulo 9 – ASPECTOS CONCERNENTES AOS VALORES PAGOS JUDICIALMENTE 451

9.1 Data de início dos benefícios concedidos judicialmente 451
9.1.1 Definição da data de início do benefício (DIB) independentemente do momento da comprovação dos respectivos fatos constitutivos 455
9.1.2 Termo inicial do benefício quando ausente o requerimento administrativo 464
9.1.3 Fato superveniente ao processo administrativo e a chamada "Reafirmação da DER" .. 467
9.1.3.1 Fato superveniente à DER e o direito ao melhor benefício 473
9.1.3.1.1 Fato superveniente e direito ao melhor benefício no contexto do processo administrativo 475
9.1.3.1.2 Fato superveniente e direito ao melhor benefício após o encerramento do processo administrativo 477
9.1.3.2 Fato superveniente à DER e o termo inicial dos benefícios concedidos judicialmente 478
9.1.4 Data de início de benefício em face de habilitação judicial de novo dependente à pensão por morte 486
9.1.5 A identificação da data de início da incapacidade laboral (DII) e os efeitos financeiros dos benefícios previdenciários por incapacidade 491
9.1.5.1 O direito de recebimento do auxílio por incapacidade temporária pelo segurado que exerceu atividade remunerada embora incapaz 493
9.1.5.2 Termo inicial de benefício por incapacidade no caso de demanda anterior com sentença desfavorável transitada em julgado 496
9.1.6 Data de início do benefício (DIB) da aposentadoria especial concedida judicialmente 499
9.1.7 Data de início do benefício (DIB) do auxílio-acidente precedido por auxílio-doença 503

9.2 Correção monetária e juros de mora do crédito judicial previdenciário 505
9.2.1 Correção monetária e o Estatuto do Idoso 506
9.2.2 O crédito judicial previdenciário e a inconstitucionalidade da Lei 11.960/2009 508
9.2.3 Correção monetária, deflação e irredutibilidade do valor dos benefícios 513

9.2.4 Correção monetária dos valores pagos mediante requisições de pagamento..... 515
9.2.5 Juros moratórios sobre o crédito judicial previdenciário..... 517
9.2.5.1 Juros moratórios no caso de "Reafirmação da DER judicial"..... 518
9.2.6 Incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a expedição de requisitório..... 519

9.3 Prescrição e decadência em matéria previdenciária..... 522
9.3.1 Prescrição contra menores absolutamente incapazes..... 526
9.3.2 Prescrição contra incapazes e o Estatuto da Pessoa com Deficiência..... 528
9.3.3 Prescrição contra ausentes..... 532
9.3.4 Prazo-limite para o requerimento administrativo a cessação da incapacidade..... 532
9.3.5 Termo inicial da pensão por morte ao filho menor de 16 anos de idade na vigência da MP 871/2019..... 536
9.3.6 Suspensão e interrupção do período de prescrição..... 540
9.3.7 "Decadência" do direito de rever o ato de concessão do benefício previdenciário..... 547
9.3.7.1 A incidência do prazo decadencial do direito de revisão dos benefícios concedidos anteriormente à vigência da MP 1.523-9/97..... 549
9.3.7.2 Natureza prescricional do prazo para revisão do ato de concessão de benefício previdenciário (Lei 8.213/91, art. 103, *caput*)..... 550
9.3.7.3 Inconstitucionalidade de prazo para cessação de lesão estatal a direito humano e fundamental e as decisões do STF (RE 626.489 e ADI 6.096)..... 551
9.3.7.3.1 Inconstitucionalidade de prescrição quinquenal obstativa de ajuizamento de ação para obtenção de benefício..... 558
9.3.7.4 Interpretação restritiva do prazo decadencial para revisão de benefício..... 564
9.3.7.4.1 Ações ou direitos relacionados a circunstâncias supervenientes ao ato de concessão do benefício: revisão de reajustamento e desaposentação..... 565
9.3.7.4.2 Ações ou direitos relacionados a circunstâncias não analisadas expressamente quando da concessão do benefício..... 567
9.3.7.4.3 Ações relacionadas à efetivação do direito ao melhor benefício..... 572
9.3.7.4.4 Ações de revisão de benefício determinada por lei..... 573
9.3.7.4.5 Início do prazo decadencial no caso dos benefícios derivados (pensão por morte e aposentadoria por incapacidade permanente)..... 576

9.4 Devolução dos valores previdenciários recebidos de boa-fé..... 581
9.4.1 O princípio da irrepetibilidade dos alimentos..... 582
9.4.2 Contexto normativo anterior à vigência da MP 871/2019..... 585
9.4.2.1 Posicionamento do Supremo Tribunal Federal..... 591
9.4.2.2 Desnecessidade de devolução em caso de dupla conformidade entre sentença e acórdão (STJ)..... 593
9.4.3 Contexto normativo posterior à vigência da MP 871/2019..... 594
9.4.4 Pressupostos para a cobrança dos valores pagos indevidamente mediante execução fiscal..... 598
9.4.5 Repetição de valores originariamente indevidos ao beneficiário..... 604

9.5 Pagamento de valores não recebidos em vida pelo segurado 604
9.5.1 Concessão de pensão por morte no curso do processo judicial de aposentadoria 606
9.5.2 Legitimidade *ad causam* dos dependentes para recebimento de créditos não pagos ou não reconhecidos ao segurado 608
9.5.3 Ausência de legitimidade para renúncia *post mortem*. O caso da chamada "despensão" 618

9.6 Incidência de imposto de renda sobre os valores atrasados recebidos pelo beneficiário..... 619

9.7 Compensação do crédito judicial com valores pagos administrativamente 621
9.7.1 Compensação em termos globais ou por competência mensal? O (falso) problema da irrepetibilidade 622
9.7.2 Concessão superveniente de benefício mais vantajoso e o desfazimento do benefício concedido em juízo: o problema da preservação do crédito judicial 625
9.7.3 Inviabilidade da compensação do crédito principal com honorários advocatícios arbitrados nos embargos à execução 630

Capítulo 10 – REGRAS PROCESSUAIS RELACIONADAS À FAZENDA PÚBLICA 633

10.1 Prerrogativas processuais da Fazenda Pública 633

10.2 Regime de pagamento de custas e despesas processuais 634

10.3 Honorários advocatícios nas ações previdenciárias 637
10.3.1 Honorários sucumbenciais no caso de reafirmação judicial da DER 642
10.3.2 Honorários sucumbenciais no cumprimento de sentença previdenciária 644
10.3.3 Honorários advocatícios contra a Fazenda Pública no CPC/2015 651
10.3.4 Princípio da reparação integral e honorários indenizatórios 654

10.4 Dos prazos da Fazenda Pública 656

10.5 Da remessa necessária 659

10.6 Tutela provisória contra a Fazenda Pública 665
10.6.1 A urgência no processo judicial previdenciário 667
10.6.2 Tutelas de urgência em matéria de Seguridade Social 669
10.6.2.1 Irreversibilidade e definitividade das tutelas provisórias em matéria previdenciária 670
10.6.3 Cumprimento imediato das decisões judiciais previdenciárias 677
10.6.4 Eficácia das decisões judiciais previdenciárias 680
10.6.5 Poder coercitivo contra terceiros 684

10.7 Cumprimento de sentença que reconhece obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública 688
10.7.1 Limites de cognição no cumprimento de sentença previdenciária 690
10.7.2 Cumprimento definitivo da sentença que reconhece o dever de pagar quantia certa pela Fazenda Pública 693
10.7.3 Cumprimento da sentença na ausência de impugnação da execução 694

10.7.4 Cumprimento da sentença na ocorrência de impugnação parcial da execução 694
10.7.5 Cumprimento da sentença na pendência de recurso sem efeito suspensivo 697
10.7.6 Cumprimento definitivo de decisão parcial de mérito 699
10.7.7 Cumprimento provisório da sentença que reconhece o dever de pagar quantia certa pela Fazenda Pública 701
10.7.8 Execução invertida nas ações previdenciárias 704
10.7.8.1 Dever de colaboração processual e apresentação de cálculos pela Fazenda Pública 707
10.7.9 Cumprimento da sentença como respeito à coisa julgada 709
10.7.10 Execução individual da ação coletiva contra a Fazenda Pública 712
10.7.11 Impugnação à execução 713
10.7.12 Cumprimento da decisão nos Juizados Especiais Federais 716

10.8 Requisições judiciais de pagamento e fracionamento da verba honorária 719
10.8.1 Regime de pagamento por precatório requisitório 723
10.8.2 Regime de pagamento por requisição judicial de pequeno valor (RPV) 732

Capítulo 11 – COMPETÊNCIA EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA 737

11.1 Competência delegada à Justiça Estadual. Panorama posterior à EC 103/2019 737
11.1.1 Competência delegada e mandado de segurança 744

11.2 Competência para processamento de ações previdenciárias decorrentes de acidente de trabalho – nossas críticas à orientação jurisprudencial 746
11.2.1 A importância capital do pedido inicial para a definição da competência 755

11.3 Competência para declaração de morte presumida 757

11.4 Competência dos Juizados Especiais Federais Cíveis 758

11.5 Particularidades dos Juizados Especiais Federais 767
11.5.1 Princípios dos Juizados Especiais Federais 769

Apêndice – Termo de Acordo no Recurso Extraordinário 1.171.152/SC 773

Referências 781

Índice remissivo 793